



EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL  
Setor Comercial Sul, Quadra 09, Bloco B, Salas 701/705, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília/DF, CEP 70308-200  
Telefone: 61 37732700 - <https://enbpar.gov.br>

## EDITAL Nº 90004/2026

Processo nº 48110.000735/2025-89

A **Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar**, torna público para conhecimento dos interessados que esta Empresa, situada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.913.162/0001–23, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a contratação de empresa para fornecimento, sob demanda, de insumos de cozinha, para atender às necessidades da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Anexo A deste Edital. A sessão pública será realizada pelo Portal de Compras do Governo Federal, com fundamento legal nas disposições da Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 2006; do Decreto nº 8.538, de 2015 (ME/EPP); da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber; do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar; e de acordo com as exigências e demais elementos técnicos constitutivos, expressos neste Edital e em seus Anexos.

### 1. DOS EVENTOS

1.1. O recebimento das proposições de preços ocorrerá a partir da disponibilização deste Edital no Portal de Compras do Governo Federal, até as 09h59 (nove horas e cinquenta e nove minutos) do dia agendado para a realização da sessão pública, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2. A Sessão Pública na internet para recebimento dos lances terá início às **10h do dia 27/02/2026** no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3. Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília - DF.

1.4. As respostas aos questionamentos/impugnações serão disponibilizadas no <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no sítio da ENBPar <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/>.

### 2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação destina-se à contratação de empresa para fornecimento, sob demanda, de insumos de cozinha, para atender às necessidades da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

2.2. O valor máximo que a ENBPar pretende pagar por este objeto, fruto de pesquisa mercadológica, será tratado como sigiloso e declarado no “chat” imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas pelos Licitantes, entretanto, será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

2.3. O valor ofertado deverá considerar:

I - O valor unitário do item e o valor total que compõe o GRUPO;

II - Todos os materiais, serviços, ferramentas e componentes empregados para execução integral e perfeita do objeto contratado; e

III - Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a Contratada para execução integral e perfeita do objeto contratado.

### 3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. A licitação será realizada em grupo único, devendo o licitante oferecer proposta para os itens que o compõem, conforme abaixo:

Grupo	Item	Descrição da especificação	CATMAT	Unidade	Quantidade
01	01	<p><b>Café em pó, tipo Superior</b>, torrado e moído, Torração média, embalado a vácuo em papel alumínio, pacotes com 500g, com Qualidade Global (Nível Mínimo de Qualidade - NMQ) entre 6,0 a 7,2 pontos, na Escala Sensorial do Café (Superior), tolerância de, no máximo, 1% de matéria estranha, sedimento e impureza. O produto deverá apresentar Certificado de Qualidade fornecido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde – REBLAS, habilitados pela ANVISA e MAPA, e/ou Selo de Pureza e Qualidade ABIC, fornecido pela Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC, e/ou Laudo emitido por instituto especializado, credenciado pela ABIC no Programa de Qualidade do Café - PQC. Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p> <p>Deverá também apresentar diretamente impresso na embalagem os dados de fabricação e do produto, conforme exigência dos Órgãos de Controle. A aceitação do produto está condicionada à apresentação de Selo de Pureza e Qualidade ABIC e/ou de laudos emitidos por laboratórios habilitados/credenciados (REBLAS, ANVISA, MAPA), conforme legislações vigentes da ANVISA e MAPA, que atestem e comprovem as características mínimas de qualidade exigidas do produto.</p> <p><b>Marcas de Referência:</b> Café do Sítio, Três Corações, Export, Pilão, Pelé, similar ou de melhor qualidade.</p>	463580	Unidade	1.200
	02	<p><b>Açúcar refinado</b>; acondicionado em embalagem de 1kg. Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p>	463998	Unidade	300
	03	<p><b>Biscoito de Maizena</b>; Sabor Tradicional; Pacote 350g Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p>	456469	Unidade	192
	04	<p><b>Biscoito cream cracker</b>. Tradicional. Pacote 360g. Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.</p>	456468	Unidade	192
	05	<p><b>Chá de erva-doce</b>; Caixa com 10 sachês</p>	401735	Caixa	192

Grupo	Item	Descrição da especificação	CATMAT	Unidade	Quantidade
		Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.			
	06	<b>Chá de camomila</b> ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	258075	Caixa	192
	07	<b>Chá de hortelã</b> ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	305799	Caixa	192
	08	<b>Chá de frutas vermelhas</b> ; Caixa com 10 sachês Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	402681	Caixa	192
	09	<b>Manteiga de primeira qualidade com sal</b> ; Tablete de 200g Validade mínima dos produtos: 04 (quatro) meses, a contar da data da entrega.	446394	Unidade	192
	10	<b>Pão de queijo</b> ; Pacote congelado de 1kg Validade mínima dos produtos: 04 (quatro) meses, a contar da data da entrega.	460490	Unidade	480
	11	<b>Adoçante Sucralose</b> líquido; 100ml Validade mínima dos produtos: 10 (dez) meses, a contar da data da entrega.	295546	Unidade	48
	12	<b>Guardanapo de Papel</b> , acondicionado em pacotes, Pacote com 50 folhas, FOLHA DUPLA, na cor branca, medindo 22 cm x 22 cm. Validade: indeterminado.	392703	Pacote	300

3.2. O detalhamento das especificações técnicas, condições e forma de execução do objeto constam no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

#### 4. DOS ANEXOS

4.1. São partes integrantes do Edital os seguintes anexos:

- a) Termo de Referência – **ANEXO A**;
  - a.1) Anexo A - Modelo de proposta
  - a.2) Anexo B - Certificado de Aceitação Provisória (CAP)
  - a.3) Anexo C - Certificado de Aceitação Definitiva (CAD)
  - a.4) Anexo D - Modelo de Autorização de Fornecimento (AF)
- b) Minuta de Contrato – **ANEXO B**;
  - b.1) Apêndice A – MATRIZ DE RISCO;
- c) Declaração de Antinepotismo – **ANEXO C**.

#### 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

##### Da Participação

5.1. Poderão participar desta licitação, empresas nacionais ou estrangeiras, com sede ou representante legal domiciliado no Brasil, que atendam as condições deste Edital.

5.2. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

5.3. A contratação será realizada, exclusivamente, com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), em observância às disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ressalvadas as exceções previstas no art. 61 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

**Do Procedimento para credenciamento junto ao Provedor do Sistema**

5.4. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta na Página do Fornecedor no Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

5.5. O credenciamento dar-se-á após a criação de conta no [gov.br](https://gov.br), utilizada para acessar todos os serviços digitais do Governo Federal, inclusive o [Compras.gov.br](https://compras.gov.br).

5.6. Após criar uma conta, o credenciamento será realizado gratuitamente junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) por meio do Aplicativo do [Compras.gov.br](https://compras.gov.br) ou diretamente no SICAF.

5.7. O credenciamento junto ao provedor no Sistema implica na responsabilização legal da Licitante e de seu representante, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.8. É de exclusiva responsabilidade do Licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante. Não cabe ao provedor do Sistema e à ENBPar, a promotora da presente licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, mesmo que por terceiros.

**6. DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR**

6.1. Estará impedida de participar de licitações a empresa:

- I - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja Administrador (inclusive Diretor) ou empregado da ENBPar;
- II - Que esteja com o direito de licitar e contratar com a ENBPar suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União;
- III - Declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV - Constituída por sócio de pessoa jurídica que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;
- V - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;
- VI - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União;
- IX - Cujo objeto social ou estatuto seja incompatível com o objeto;
- X - Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e
- XI - Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

6.2. Também estarão impedidas:

- I - Contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como a participação dele em Licitação, na condição de Licitante;
- II - A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - a) Dirigente da ENBPar;

b) Empregado da ENBPar, cujas atribuições envolvam atuação na ALC, na CONJUR, nas Assessorias da Presidência e/ou na respectiva Unidade Solicitante; e,

c) Autoridade do Ministério de Minas e Energia.

III - A pessoa jurídica, cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social tenha sido administrador (inclusive Diretor) da ENBPar, ou empregado da Companhia em alguma das situações descritas na letra “b” do item II acima, e terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a ENBPar há menos de 6 (seis) meses.

6.2.1. As empresas com as sanções mencionadas nos incisos II, III e IV do item 6.1 deste Edital, bem como suas respectivas vigências, serão verificadas e distinguidas, de acordo com sua base legal, por meio, em especial, de consulta ao Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), disponível no Portal da Transparência, ao Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

6.2.2. As informações poderão ainda ser consultadas no endereço que contém a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, a qual abrange o cadastro do Conselho Nacional de Justiça (CNIA), do Portal da Transparência (CEIS/CNEP), e do próprio TCU.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

7.1. A participação nesta licitação é exclusiva às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no dia e horário informados neste Edital.

7.2. As ME/EPP deverão apresentar comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014.

7.3. Como condição para aplicação do tratamento diferenciado, o(a) Pregoeiro(a) auxiliado(a) pela Equipe de Apoio consultarão o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores recebidos pela ME/EPP, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em caso de início de atividade no exercício considerado.

7.4. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se os valores recebidos até o mês anterior ao da sessão pública da licitação extrapolam os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento).

7.5. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolar o limite legal, o(a) Pregoeiro(a) indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor da Licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, sem prejuízo das penalidades descritas neste Edital.

7.6. O(A) Pregoeiro (a) poderá exigir, além da Declaração de ME/EPP registrada na Junta Comercial, a Demonstração de Resultado de Exercício – DRE para fins de confirmação da Receita Bruta auferida no exercício anterior.

7.7. As empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123, de 2006, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que haja alguma restrição (caput do art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

7.8. Caso haja restrição na regularidade fiscal, a regularização, inclusive com emissão de certidões, deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da ENBPar, contados a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (§1º, art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

7.9. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303, de 2016. É facultado à ENBPar revogar a Licitação ou convocar os Licitantes remanescentes para a assinatura do contrato na ordem de classificação (§2º, art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

## 8. DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução do objeto desta licitação será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

## 9. DA SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

9.1. Os Licitantes serão obrigados a declarar, quando houver, a superveniência de qualquer fato impeditivo da habilitação que importe em alteração de suas condições de participação neste processo, sujeito às penalidades legais (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

9.2. A comprovação citada no subitem anterior deverá ser realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## 10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.2. No cadastramento da proposta inicial, o Licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.3. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

10.4. A falsidade das declarações de que trata os itens 10.2 ou 10.3 sujeitará o Licitante às sanções previstas na legislação e neste Edital.

10.5. Os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

10.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo Licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos Licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

10.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o Licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e

obedecerá às seguintes regras:

10.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

10.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

10.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

10.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

10.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

10.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 10.8, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10.11. Caberá ao Licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.12. O Licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O Licitante deverá enviar sua proposta devidamente preenchida contendo todas as especificações do objeto, bem como os valores unitário e total para todos os itens componentes do Grupo, observando-se para o valor o total o prazo de execução e de vigência previstos no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

11.2. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Anexo A deste Edital, assumindo o Proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11.4.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

11.4.2. Não serão aceitas propostas com valores unitários superiores ao máximo estimado.

11.5. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

11.6. A Proposta deverá ser apresentada conforme o **Modelo de Proposta - Anexo A do Termo de Referência** e em conformidade com os itens a seguir:



- a) Apresentar-se em uma única via, em papel timbrado do Licitante, digitada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas, numeradas sequencialmente e assinada pelo representante legal do Licitante;
- b) Ser objetiva e precisa, contendo, necessariamente, todas as especificações do objeto que fornecerá;
- c) Ser limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado. Não serão admitidas informações como “conforme especificado no Edital”;
- d) Ter, obrigatoriamente, validade declarada de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão pública no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e, se constar qualquer data inferior a solicitada acima, será considerada a exigida neste Edital;
- e) Apresentar valores em moeda corrente, em cifras numéricas, com duas casas decimais e consolidadas por extenso; e
- f) Nos preços propostos, estarão computadas todas as despesas, encargos, custos, insumos, seguros e demais obrigações legais, fiscais, tributárias e trabalhistas que forem necessárias à execução do serviço objeto desta Licitação.

11.7. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear ou reivindicar qualquer alteração a título de revisão de preço, compensação ou reembolso sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.8. O valor da proposta do Licitante deverá, obrigatoriamente, refletir o seu último valor ofertado após a negociação com o(a) Pregoeiro(a).

11.9. Os Licitantes deverão examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e em seus Anexos, pois a apresentação das propostas vincula a aceitação incondicional de seus termos, independentemente de transcrição, não sendo aceitas quaisquer alegações de desconhecimento ou desacordo de qualquer pormenor.

11.10. O Licitante vencedor poderá, a critério da ENBPar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, apresentar planilha de formação dos preços, com notas explicativas para cada valor final ofertado, indicando os insumos que recaem sobre os custos da sua proposta comercial (tais como mão-de-obra; encargos; tributos; taxas de câmbio, quando for o caso; dentre outros), detalhando as proporções incidentes nos valores dos serviços, quando cabível.

11.10.1. O detalhamento da formação dos preços de que trata este item possibilitará, durante a execução contratual, a análise de eventual solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro apresentada pela Contratada.

11.10.2. Estará dispensado dessa obrigação o Licitante vencedor que já tiver apresentado sua proposta comercial com o detalhamento da formação dos seus preços.

## **12. DA DILIGÊNCIA**

12.1. A qualquer tempo, caberá procedimento de diligência destinado a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, por iniciativa do(a) Pregoeiro(a), conforme aplicável, a quem caberá indicar a forma pela qual a diligência será realizada.

12.1.1. A diligência poderá ser realizada in loco ou por meio postal, telefônico, eletrônico ou consulta ao mercado específico, bem como através de qualquer outro meio idôneo apto a esclarecer a dúvida suscitada.

12.1.2. O registro das diligências realizadas deverá conter, minimamente, local, data, horário, procedimento e objeto, bem assim o nome e a função dos responsáveis pela sua realização, e, ainda, as informações colhidas, devendo ser anexado à documentação da licitação.

12.1.3. O(A) Pregoeiro (a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos Licitantes que esta seja demonstrada.



12.1.4. O(A) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível aos Licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.1.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Portal de Compras do Governo Federal com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada.

### 13. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

13.2. Os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

13.3. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

13.4. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail, exceto quando necessário para informar, através do e-mail [licitacoes@enbpar.gov.br](mailto:licitacoes@enbpar.gov.br), inconsistências e dificuldades de acesso e/ou operacionalização do Portal de Compras, observado o disposto nos subitens 16.4 e 16.5 deste Edital.

13.4.1. Por ocasião do recebimento da comunicação por e-mail supramencionada, poderá ser aberto o campo de diligência no Portal de Compras para a inserção, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, dos documentos que comprovem o contato e a abertura de chamado, com a resposta do provedor do sistema eletrônico, se for o caso.

13.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” em que os Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.6. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

13.7. Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.8. O lance deverá ser ofertado considerando os **valores unitário dos itens e total do grupo**.

13.9. Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.10. O Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.11. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).

13.12. O Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

13.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de (10) dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

13.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

13.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

13.12.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo Sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

13.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 10% (dez por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

13.12.6. Após o reinício previsto no item supra, os Licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

13.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.15. Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do Licitante.

13.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.

13.17. Caso o Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais Licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

13.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

13.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os Licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

13.18.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao Licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.18.5. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo Licitante, antes de findo o prazo.

13.19. Havendo eventual empate entre as propostas ou lances, o critério de desempate será adotado nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos Licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

III - desenvolvimento pelo Licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e

IV - desenvolvimento pelo Licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos e prestados por:

I - empresas brasileiras;

II - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

III - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

13.20.1. As regras supramencionadas não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

13.20.2. Se mesmo após a aplicação dos procedimentos ainda persistir o empate, será realizado sorteio eletrônico.

13.21. O sorteio eletrônico ocorre de forma automática pelo Portal de Compras do Governo Federal, após identificar e aplicar os demais critérios de desempate parametrizados no sistema.

13.22. Não há possibilidade de interferência do(a) Pregoeiro(a) na aplicação dos critérios de desempate, uma vez que o Portal de Compras está parametrizado para a aplicação automática.

#### **Desconexão do Sistema na etapa de lances**

13.23. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.

13.24. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

#### **Da Negociação da Proposta**

13.25. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) informará o valor máximo estimado da licitação, e encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

13.26. Não será admitida a negociação da proposta para majorar o valor do último lance ofertado pela Licitante.

13.27. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

13.28. Após a negociação, o(a) Pregoeiro(a) informará, via “chat”, o prazo de envio da proposta negociada.

13.29. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### **Do empate entre empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123, de 2006.**

13.30. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

13.30.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.30.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.30.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais Licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.30.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

#### 14. **DA FASE DE JULGAMENTO**

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

14.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

14.2. Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.2.2. O Licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.2.3. Constatada a existência de sanção, o Licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Caso o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

14.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

#### 14.5. **Será desclassificada a proposta que:**

14.5.1. conter vícios insanáveis;

14.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Anexo A deste Edital;

14.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

#### 14.6. **Será ainda desclassificado o Licitante que:**

- 14.6.1. deixar de enviar a proposta de preços e/ou documentação de habilitação solicitada pelo(a) Pregoeiro(a);
- 14.6.2. enviar a documentação por meio divergente do solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), mesmo que seja dentro do prazo determinado;
- 14.6.3. não enviar a documentação pela ferramenta “Convocar Anexo” no prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a);
- 14.6.4. não atender qualquer solicitação realizada pelo(a) Pregoeiro(a), via chat, sendo concedido o prazo de 1 (uma) hora após a tentativa de comunicação para a licitante se manifestar;
- 14.6.5. deixar, injustificadamente, de cumprir a diligência solicitada pelo(a) Pregoeiro(a);
- 14.6.6. deixar, injustificadamente, de responder à convocação via chat realizada pelo(a) Pregoeiro(a);
- 14.6.7. tenha se declarado e usufruído dos direitos exclusivos das empresas enquadradas como ME/EPP, e for constatado o respectivo desenquadramento;
- 14.6.8. cujos valores da proposta sejam diferentes do valor negociado no Sistema com o(a) Pregoeiro(a) ao final da etapa de lances.
- 14.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 14.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:
- a) que o custo do Licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 14.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 14.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o Licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários, a Licitante deverá observar os valores máximos definidos tanto para os itens quanto para o grupo, ainda que o critério de julgamento seja o de menor preço global, sob pena de desclassificação.
- 14.11. Erros sanáveis no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 14.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 14.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 14.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da unidade solicitante ou da área especializada no objeto.

## 15. DA FASE DE HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, Anexo A deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do Licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

15.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

15.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

15.3. Na hipótese de o Licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.4. É de responsabilidade do Licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

15.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

15.5. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.5.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

15.6. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao Licitante vencedor.

15.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do Licitante melhor classificado.

15.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

15.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos Licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

15.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

15.8. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.9. Na hipótese de o Licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 15.5.1.

15.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do Licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**15.12. Será considerado inabilitado o Licitante:**

- a) Que possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a ENBPar ou com a Administração Pública, observado o âmbito de aplicação, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública; e
- b) Que deixe de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.

15.13. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

15.14. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**16. DO ENVIO ELETRÔNICO DA DOCUMENTAÇÃO**

16.1. Caso o(a) Pregoeiro(a) necessite de documentos complementares, estes serão solicitados pela opção "Convocar Anexo" do Portal de Compras do Governo Federal, dentro do prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação.

16.2. A documentação enviada pelo Sistema deverá ser apresentada em conformidade com, pelo menos, uma das seguintes opções:

- I - No original, em meio físico ou digital, cada qual na forma da respectiva legislação específica;
- II - Por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente, por servidor da Administração Pública ou por meio digital, assim reconhecido pela respectiva legislação específica;
- III - Cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais ou cópias autenticadas, nos termos referidos itens I e II, para conferência pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- IV - Publicação em órgão da Imprensa Oficial.

16.3. O não atendimento da referida convocação, o atendimento de forma intempestiva ou o envio em meio não permitido ou solicitado acarretará na desclassificação sumária do Licitante.

16.4. Caso o Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo pelo sítio oficial (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

16.5. Caso o sítio oficial (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) esteja indisponível, deverá o licitante registrar o ocorrido junto à Central de Atendimento disponível no Portal de Compras do Governo Federal (<https://portaldeservicos.economia.gov.br/>) ou pelo telefone 0800-978-9001.

**17. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO**

17.1. Para fins de habilitação no certame, os interessados se obrigam a satisfazer os requisitos relativos a:

**Da Habilitação Jurídica**

17.2. Será exigida a seguinte documentação para habilitação jurídica:

- I - Documento de identificação, no caso de pessoa física e para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante;
- II - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



- IV - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- V - Procuração, ou outra forma de instrumento de mandato, para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante(s), quando estes não sejam seus representantes legais na forma da documentação referida nas alíneas II, III e IV; e
- VI - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato, registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.

### **Da Regularidade Fiscal e Trabalhista**

17.3. As regularidades Fiscal e Trabalhista serão comprovadas com a apresentação das seguintes documentações:

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- II - Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) única, na forma regulamentada pelo Ministério da Fazenda, por meio da Portaria RFB/PGFN n° 1.751, de 02 de outubro de 2014, e eventuais alterações posteriores;
- III - Certificado de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal; e
- IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da correspondente Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.3.1. Para fins de comprovação de regularidade fiscal será aceita Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

17.3.2. Os documentos de regularidade fiscal poderão ser substituídos pela apresentação da Certidão de Regularidade Cadastral (CRC) extraída do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a qual comprova a situação de regularidade fiscal da Licitante.

17.3.3. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da Licitante, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo:

- a) Se o Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;
- b) Se o Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que pela própria natureza comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.

### **Da Qualificação Técnica**

17.4. Para fins de demonstração da qualificação técnica, a Licitante deverá apresentar a documentação exigida no **item 12.5** do Termo de Referência, Anexo A do presente Edital.

### **Da Qualificação Econômico-Financeira**

17.5. A qualificação econômico-financeira será comprovada com a apresentação dos seguintes documentos:

- I - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso;
- II - Apresentação das Demonstrações Contábeis denominadas: Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, referentes ao último exercício social, já exigíveis, devidamente aprovadas na forma da legislação em vigor.

17.6. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante (ou em outro órgão equivalente), devendo as Demonstrações Contábeis, obrigatoriamente, serem assinadas por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, responsável pela escrituração contábil-fiscal, conjuntamente com o(s) sócio(s) administrador(es).

17.7. Para as Licitantes que tiverem iniciado suas atividades no exercício em que se realiza a licitação será admitida a apresentação de balanço de abertura, que deve conter a assinatura do representante legal da empresa, do técnico responsável pela contabilidade, e a evidência de terem sido transcritos no livro diário, e este, necessariamente, registrado no Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC ou Junta Comercial ou órgão equivalente. No caso de sociedades civis tais documentos poderão ser registrados em cartório competente.

17.8. É vedada a substituição das Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios.

17.9. As Licitantes que realizam a Escrituração Contábil Digital (ECD) devem apresentar o recebido de entrega emitido pelo SPED.

17.10. A comprovação da boa situação econômico-financeira do Licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

$$LG = \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

$$SG = \text{ATIVO TOTAL} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

$$LC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

17.11. O Licitante que apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um), em quaisquer dos índices referidos no inciso anterior, fica obrigada a comprovar na data de apresentação da documentação, por meio do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

17.11.1. Os índices de que tratam o item 17.10 deverão ser calculados pelo Licitante e ratificados pelo responsável por sua contabilidade, mediante aposição de assinatura e indicação do seu nome e do número de seu registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

### **Das Declarações**

17.12. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

17.12.1. Declaração de Cumprimento ao Inciso XXXIII do art. 7º da CF – Proibição ao Emprego de Menores, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17.12.2. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17.12.3. Declaração de Ciência do Edital, para comprovação de ciência e concordância com as condições contidas deste edital e seus anexos, bem como do cumprimento pleno dos requisitos de habilitação definidos neste Edital.

17.12.4. Quando for o caso, Declaração de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para comprovação do cumprimento do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e, assim, usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17.12.5. Declaração de Fato Superveniente para comprovação até a presente data da inexistência de fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de

declarar ocorrências posteriores.

17.12.6. Declaração de Acessibilidade para comprovação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, da ciência do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa Licitante, do atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação.

17.12.7. Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado para comprovação de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

17.12.8. Declaração de Cota de Aprendizagem para comprovação do cumprimento da cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

17.13. No ato de cadastro das propostas, a proponente deverá incluir todas as declarações contidas no sistema, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

### **Declaração de Antinepotismo**

17.14. A Licitante deverá apresentar a Declaração de Antinepotismo, conforme o modelo do **Anexo C** deste Edital, para comprovar atendimento ao art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010 e ao Inciso II do parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 13.303, de 2016.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

### **Da Impugnação**

18.1. Eventual Impugnação ao presente Edital deverá ser apresentada, devidamente instruída, ao(a) Pregoeiro(a) e à Equipe de Apoio, exclusivamente, por meio do seguinte endereço de e-mail: [licitacoes@enbpar.gov.br](mailto:licitacoes@enbpar.gov.br), em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública desta Licitação.

18.1.1. Não serão conhecidas impugnações interpostas após o prazo e não forem apresentadas na forma estabelecida no item 18.1.

18.2. O prazo para o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela Equipe de Apoio, decidir sobre a Impugnação será de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **Do Recurso**

18.5. Declarado o vencedor da Licitação, qualquer Licitante, durante a sessão pública, poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, devendo registrá-la no campo próprio do Sistema.

18.5.1. O prazo para manifestação de intenção de recursos, seja do julgamento da proposta ou da fase de habilitação, será de 10 (dez) minutos e aberto automaticamente pelo Sistema.

18.5.2. Os licitantes serão informados da convocação para registro de intenção de recorrer via chat, por meio de mensagem automática enviada pelo Sistema.

18.5.3. O prazo de 10 (dez) minutos tem efeito preclusivo, não sendo possível a manifestação após encerrado, tampouco é possível a prorrogação pelo Pregoeiro(a).

18.6. O Licitante que manifestar interesse em recorrer terá o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis para fazê-lo; igual prazo será garantido aos demais Licitantes para apresentação de contrarrazões recursais, contado a partir do término do prazo do Licitante recorrente.

18.7. O(A) Pregoeiro(a) decidirá, em até 03 (três) dias úteis, reconsiderar o ato recorrido ou prestar as informações correspondentes, e enviará a sua decisão para apreciação da Consultoria Jurídica

(CONJUR) da ENBPar.

18.8. Os recursos serão recebidos exclusivamente no Portal de Compras do Governo Federal, no campo específico para o envio das razões recursais, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

18.9. A Consultoria Jurídica (CONJUR) da ENBPar emitirá parecer em até 03 (três) dias úteis.

18.10. Caberá ao Diretor-Presidente da ENBPar emitir decisão final acerca do recurso em até 10 (dez) dias úteis, nos casos em que não for acolhido o recurso pelo(a) Pregoeiro(a).

18.11. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da Licitação ao vencedor.

18.12. O recurso interposto contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo.

18.13. Os recursos ou contrarrazões apresentadas em desacordo com as condições deste Edital não serão conhecidos.

18.14. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.15. Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será adjudicado o objeto desta Licitação à Licitante vencedora do certame.

18.16. Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão acerca dos recursos, mediante a inserção no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> e publicação no sítio eletrônico <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.

#### **Do Pedido de Esclarecimento**

18.17. Qualquer pessoa é parte legítima para questionar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 13.303, de 2016 e da Lei nº 14.133, de 2021 (no que couber), devendo protocolar o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.18. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.19. Os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente, pelo seguinte endereço eletrônico: [licitacoes@enbpar.gov.br](mailto:licitacoes@enbpar.gov.br).

18.20. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.21. Acolhido o questionamento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.22. Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão acerca dos questionamentos, mediante a inserção no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> e publicação no sítio eletrônico <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.

#### **19. DA HOMOLOGAÇÃO**

19.1. À vista do relatório do(a) Pregoeiro(a), se não houver recurso, ou à vista da decisão do recurso, se este for o resultado da licitação será submetido à consideração do Diretor-Presidente da ENBPar, para fins de homologação.

19.2. Quando o adjudicatário não cumprir o prazo e as demais condições estabelecidas neste Edital, será facultado à ENBPar:

- a) Convocar os Licitantes remanescentes registrados, na ordem de classificação; ou
- b) Revogar a Licitação.

#### **20. DO CONTRATO A SER CELEBRADO**

##### **Dos Prazos**

20.1. O contrato decorrente deste Edital terá prazo de execução de 12 (doze) meses e a vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, contados da data de sua assinatura, admitindo-se a prorrogação,

mediante ajuste comum entre as Partes e celebração de termo aditivo, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 13.303, de 2016.

### **Da Convocação do Adjudicatário**

20.2. Fica estabelecido o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação do resultado de julgamento no Diário Oficial da União - DOU, para a convocação do adjudicatário visando à celebração do contrato.

20.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela ENBPar.

20.4. Na hipótese de que o adjudicatário não compareça ou recuse-se, de maneira injustificada, a cumprir com o objeto ora contratado, fica facultado à ENBPar convocar os Licitantes remanescentes, por ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

20.5. Fica facultado à ENBPar, quando a convocada não assinar o contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos: revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital; ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

### **Da Manutenção das Condições de Habilitação**

20.6. Na assinatura do contrato, será verificada a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante toda a vigência do contrato.

### **Da Convocação dos Licitantes Remanescentes**

20.7. Na hipótese de o adjudicatário não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, outro Licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

20.8. Em caso de eventual prorrogação do prazo de vigência contratual ou de alteração do valor do Contrato, a CONTRATADA deverá atualizar ou reforçar a pertinente garantia, observado o prazo estabelecido neste Termo, que começará a correr a partir da assinatura do respectivo termo aditivo.

### **Da Garantia Contratual**

20.9. Será exigida garantia contratual de que trata o art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado.

20.10. O contrato oferecerá detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia contratual.

20.11. Em caso de eventual prorrogação do prazo de vigência contratual ou de alteração do valor do contrato, a Contratada deverá atualizar ou reforçar a pertinente garantia, observado o prazo estabelecido no contrato, que começará a correr a partir da assinatura do respectivo termo aditivo.

## **21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa, sujeito à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ENBPar, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o Licitante que:

21.1.1. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

21.1.2. Demonstre possuir idoneidade para contratar com a ENBPar em virtude de atos ilícitos praticados;

- 21.1.3. Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;
  - 21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 21.1.5. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - 21.1.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
  - 21.1.7. Não mantiver a proposta; e
  - 21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846, de 2013.
- 21.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.3. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à ENBPar, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 21.4. Se durante o processo de aplicação da penalidade for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto nº 11.129, de 2022.
- 21.5. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR ou a negociação do acordo de leniência não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.6. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela ENBPar deverão ser registradas e publicadas no SICAF. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, de que trata a Lei nº 12.846, de 2013.

## **22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS**

- 22.1. Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Edital estão consignados no Programa de Dispêndio Global (PDG), aprovado pelo Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, por conta da Dotação Orçamentária nº 2.204.039.000 (Materiais de Consumo) para o exercício de 2026, devendo ser informados/atualizados conforme programação/reprogramação do Programa de Dispêndios Globais – PDG para o exercício subsequente.

## **23. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**

- 23.1. A autoridade da ENBPar competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Edital poderá:
- a) Revogar a Licitação - por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; e
  - b) Anular a Licitação - por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 23.2. Os Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito ao contratado de boa-fé de ressarcimento dos encargos que, comprovadamente, tiver suportado no cumprimento do contrato.

## **24. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADE - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 24.1. Os critérios referentes às obrigações da contratante estão previstos no **item 11** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

## **25. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADE - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

25.1. Os critérios referentes às obrigações da contratada estão previstos no **item 10** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

**26. DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA**

26.1. Os critérios referentes à localização para prestação dos serviços estão previstos no **item 6** e no **item 8** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

**27. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

27.1. Os critérios referentes à fiscalização e gestão contratual estão previstos no **item 16** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

**28. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

28.1. Os critérios referentes à condições de pagamento estão previstos no **item 17** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

**29. DO REAJUSTE**

29.1. Os critérios referentes ao reajuste contratual estão previstos no **item 23** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

**30. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

30.1. Os critérios referentes à garantia do objeto estão previstos no **item 20** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

**31. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

31.1. A participação na presente Licitação implica na concordância com todos os termos e condições deste Edital e seus Anexos.

31.2. Os Licitantes arcarão, exclusiva e integralmente, com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

31.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e/ou em seus Anexos.

31.4. Somente serão aceitas as propostas e recebidos os lances encaminhados pelo Sistema Eletrônico.

31.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

31.6. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na ENBPar.

31.7. Esta Licitação poderá ter seu prazo para recebimento das propostas e documentação de habilitação adiado ou prorrogado.

31.8. Para dirimir as questões oriundas desta Licitação será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal.

31.9. Em caso de divergência entre o <https://www.gov.br/compras/pt-br> e este Edital e Anexos, prevalecerão as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital.

31.10. Este Edital, além da ampla publicidade decorrente da legislação, encontra-se disponível, na íntegra, na página da ENBPar na Internet: <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.

**32. ANEXOS**

32.1. Anexo A da Minuta de Edital - Termo de Referência (SEI nº 0050176);

32.2. Anexo B da Minuta de Edital - Minuta de Contrato (SEI nº 0050179); e

32.3. Anexo C da Minuta de Edital - Modelo de Declaração Antinepotismo (SEI nº 0050181).



*(Assinado eletronicamente)*

**Leandro Xingó Tenório de Oliveira**

Diretor de Gestão Corporativa e Sustentabilidade



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Xingó Tenório de Oliveira, Diretor**, em 04/02/2026, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://enbpar.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://enbpar.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0053616** e o código CRC **41B70974**.

Referência: Processo nº 48110.000735/2025-89

SEI nº 0053616